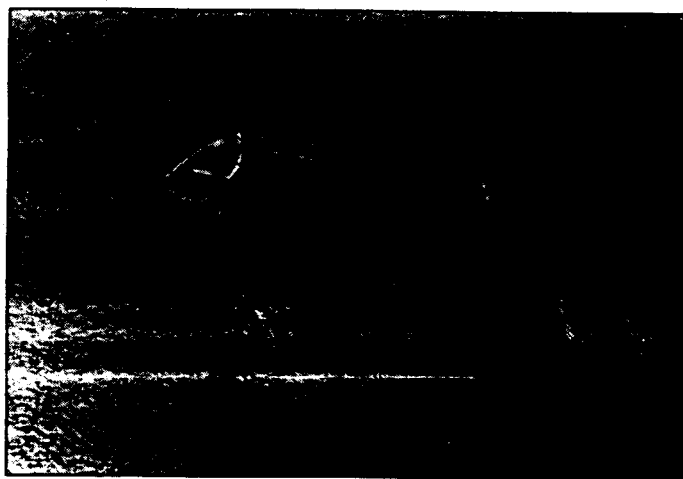


**AUGUSTO SANTOS SILVA
JOSÉ MADUREIRA PINTO
(orgs.)**

METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS



Biblioteca das Ciências do Homem

Edições Afrontamento

Título: Metodologia das Ciências Sociais

Organizadores: A. Santos Silva e J. Madureira Pinto

© 1986, Edições Afrontamento

Edição: Edições Afrontamento/R. Costa Cabral, 859/Porto

Nº de Edição: 270

Colecção: Biblioteca das Ciências do Homem/Sociologia,
Epistemologia/6

Impressão: Litografia Ach. Brito

INTRODUÇÃO

UMA VISÃO GLOBAL SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Augusto Santos Silva
José Madureira Pinto

1. AS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO CIÊNCIAS

O título geral desta obra colectiva é: *Metodologia das Ciências Sociais*. Todos os capítulos, de diversos autores, se enquadram nesse trabalho permanente de análise crítica dos métodos de pesquisa — quer dizer, dos processos e problemas da investigação empírica — a que chamamos metodologia. Alguns dos capítulos referem-se às ciências sociais, em geral; a maioria reporta-se a disciplinas particulares, como a sociologia, a economia, a psicologia social e a antropologia.

Mas: o que são as ciências sociais? Visto que usamos o plural, como se distinguem elas? E o que as aproxima, já que as incluímos num conjunto?

Num registo tão simples e consensual quanto possível, esta introdução tentará situar as várias disciplinas a que os outros textos em seguida aludirão.

Uma fórmula elementar para dar conta do objectivo comum às ciências sociais começaria por dizer que todas procuram conhecer a realidade. Mas o que é conhecer?

Eis uma questão desde logo filosófica. Estamos já, porém, longe das velhas questões de escola entre empiristas (de acordo com os quais a experiência e a sensação seriam as únicas fontes de conhecimento) e inatistas (que desqualificavam a experiência em nome de ideias inatas). Para a sua ultrapassagem, a contribuição de Kant revelou-se decisiva: os nossos conhecimentos começam pela experiência sensível, mas esta é mediatizada por conceitos, é organizada e estruturada por quadros categoriais próprios do nosso espírito. Ao sustentar, ao mesmo tempo, o papel activo do sujeito na cognição e a possibilidade do conhecimento objectivo do mundo exterior, a ideia de que o conhecimento é mais do que uma crença e a de que constitui uma elaboração

1) conhecer
realidade

intelectual (nunca mero registo passivo de sensações), Kant definiu as modernas coordenadas filosóficas do problema.

Mais recentemente, algumas disciplinas científicas demonstram que o conhecimento não é um estado mas sim um processo — processo complexo de adaptação activa e criadora do homem ao meio envolvente, implicando articulações entre prática e pensamento, vivências e representações/operações simbólicas. Especificamente, a psicologia dá-nos argumentos sobre argumentos para erradicar de vez o empirismo mais vulgar. A própria percepção jamais poderia ser assimilada a uma impressão fotográfica: o que percebemos é já um conjunto de informações seleccionadas e estruturadas segundo certas leis de organização e em função da experiência passada, das necessidades práticas, da acção dos sujeitos.

A "epistemologia genética" de Jean Piaget constitui a mais importante teoria psicológica do processo de conhecimento. O conjunto de estruturas cognitivas de que cada organismo dispõe em cada fase do seu desenvolvimento — e a que chamamos inteligência — é progressivamente construído através da sua acção. A inteligência não é "contemplativa" mas "transformadora", operatória, sendo as operações intelectuais acções interiorizadas e coordenadas estruturalmente. Pelo conhecimento, os sujeitos assimilam a realidade aos seus conceitos e operações, construindo representações que lhes permitem acomodar-se aos objectos — resultando destas relações recíprocas sucessivos estados de equilíbrio mental cada vez mais estáveis.

Para o nosso propósito, o ponto nodal da contribuição psicológica reside na superação dos dualismos redutores que opõem em termos absolutos sujeito e realidade exterior, ao mostrar como os processos cognitivos se articulam com as outras componentes das condutas. Tese continuamente reforçada pelas pesquisas em história das mentalidades e sociologia do conhecimento — que, por sua vez, elucidam como as práticas e as estruturas sociais condicionam, em cada contexto espaço-temporal, as representações e operações simbólicas, das mais esquemáticas e elementares às mais elaboradas e controladas.

Portanto: ao procurarmos conhecer a realidade social, vamos construindo, a respeito dela, e mediante quadros categoriais, operadores lógicos de classificação, ordenação, etc., mediante processos complexos influenciados ainda pelas nossas necessidades, vivências, interesses — vamos construindo instrumentos que nos proporcionam informação sobre essa realidade e modos de a tornar inteligível, mas nunca se confundem com ela.

A forma particular de conhecimento de que se reclamam as disciplinas sociais constitui criação histórica recente. A emergência dessa maneira peculiar de pôr problemas e propor soluções testáveis a que se chama, em sentido lato, método científico — mas será mais adequada a expressão "estratégia de investigação científica" (1) — remonta apenas ao século XVII. A ciência moderna — a que aposta, desde Galileu, na

(1) MARIO BUNGE, *Epistemologia. Curso de Actualización*. Reimp. da 1ª ed. castelhana, Barcelona, Ariel, 1981, pp. 28-30, 44.

combinação da "teoria" e da "experiência", da dedução e da observação sistemática — possui menos de quatrocentos anos de vida.

É, por outro lado, uma criação particular da civilização europeia, na qual conseguiu os quadros institucionais que vieram a permitir os desenvolvimentos teóricos, as aplicações tecnológicas e o impacto social típicos da ciência contemporânea. Por isso, a história das ciências não se pode resumir à narrativa ou até à crítica retrospectiva de ideias, descobertas ou invenções; é uma reconstrução analítica do desenvolvimento das condições internas da investigação científica (dos princípios, meios e resultados teóricos) e das suas condições sociais: quer dizer, é ainda análise dos variados modos como as estruturas, as práticas e os projectos característicos das diversas sociedades em que a ciência se foi consolidando influenciaram aqueles princípios, meios e resultados. Entre os mediadores dessas influências cabe um lugar decisivo às condições institucionais em que se desenrola a actividade de pesquisa, aos factores relativos à organização do campo científico (estrutura de poder no interior dele, processos de socialização profissional vigentes, sistemas de ensino e outros circuitos de difusão de resultados, sistemas de carreiras e recompensas consagrados, etc.).

Os conhecimentos produzidos pela ciência, e periodicamente compilados pelos manuals, dependem da estrutura e funcionamento da ciência como instituição e sistema específico de produção de conhecimentos. Estrutura e funcionamento por sua vez condicionados por outras instituições e dinâmicas sociais — sobretudo nas nações industriais avançadas, em que a investigação e a tecnologia desempenham um papel crucial e, por isso, estão sujeitas a intensas procuras e pressões de diversa proveniência (política, militar, económica...).

A estratégia da investigação científica não pode, pois, ser definida, à maneira da filosofia clássica, invocando normas lógicas tidas por imutáveis e procurando fixar para sempre as condições de possibilidade e de coerência da ciência. O ponto de vista epistemológico que agora prevalece distingue-se precisamente por procurar estabelecer uma reflexão sobre a ciência efectiva, a ciência que se faz, aceitando a historicidade dos princípios de que ela parte, dos processos que utiliza e dos resultados a que chega.

Nestes termos, a que se referem os estudiosos dos comportamentos humanos quando afirmam produzirem conhecimentos científicos? O que quer hoje dizer a palavra "ciência"?

Eis um tema de debates complexos e apaixonados. Mas, ao nível introdutório em que nos situamos, e já conscientes de que, como modo de conhecimento, a ciência é uma representação, intelectualmente construída, da realidade — parece possível avançar objectivos e características sobre os quais há algum consenso e que, se articulados, a individualizam de outras formas de conhecimento.

Assim, a maioria dos especialistas coloca como meta das ciências a explicação de fenómenos (considerando embora vários tipos de explicação) de modo a torná-los inteligíveis. Para lá chegar, ciência começa por ser definir racionalmente, a um nível variável de generalidade, problemas susceptíveis de resolução através de uma actividade de pesquisa. Como a história comprova, cada disciplina só acede ao estatuto de

ciência quando constrói o seu objecto próprio — quando, delimitando um conjunto de problemas solucionáveis, abandona as questões cuja abordagem se poderia fazer apenas no registo da filosofia, da religião ou da ideologia, e se situa a um nível de abstracção e generalidade que lhe permite elucidar regularidades, formular leis, construir modelos interpretativos.

Em consequência, ciência é também procurar soluções para problemas. Ela própria elabora e testa os meios necessários: conjuntos coerentes de conceitos e relações entre conceitos — as teorias —, uma linguagem conceptual adequada e tanto quanto possível exclusiva, instrumentos técnicos de recolha e tratamento de informação, métodos de pesquisa. E desenvolve um complexo processo, em que, partindo de princípios pressupostos e/ou de axiomáticas explícitas, vai construindo sistemas de relações conceptuais, primeiro assumidos hipoteticamente e logo submetidos ao fogo cruzado de sucessivas provas de validação, para chegar a resultados transformados de imediato ou a prazo em novos problemas.

Ora, a máxima peculiaridade da estratégia científica está nessas várias e contínuas provas de validação. As explicações só são científicas se testáveis — e, portanto, virtualmente refutáveis. Mas há várias instâncias de controlo das teorias explicativas: a sua adequação ao modelo lógico-matemático de inteligibilidade que tem orientado a racionalidade que os cientistas tendem a tomar por critério último do seu labor; a compatibilidade com as outras teorias, e mais geralmente com os paradigmas e ainda com as problemáticas próprias das disciplinas em que se enquadram (e essa compatibilidade pode bem ser conflitual); a sistematicidade, quer dizer, as qualidades de rigor e coerência interna, a exaustividade da explicação proposta, as possibilidades heurísticas apresentadas; a operacionalidade na construção e interpretação de informação (de "dados empíricos"), ou seja, a sua utilidade para a orientação das operações técnicas de recolha e tratamento e para a integração dos factos que elas produzem — e operacionalidade eventualmente ainda na produção de previsões verificáveis.

Esta descrição elementar evita os nós problemáticos da definição da estratégia de investigação científica. Dois deles são, nas ciências sociais, especialmente importantes: a relação entre as várias instâncias de controlo das explicações — e, em particular, os modos como se faz o confronto entre construção teórica e pesquisa empírica; a relação entre o conhecimento científico, tal como os critérios anteriores o caracterizam, e o senso comum. Por isso mesmo, a eles serão dedicados, respectivamente, os capítulos II e I do presente volume.

2. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Examinámos o sentido que adquire a palavra "ciência" na fórmula "ciências sociais". Mas, se sabemos já as normas lógicas, teóricas e metodológicas a que têm de

obedecer disciplinas como a economia, a sociologia ou a história — ainda não esclarecemos porque as qualificamos a todas como sociais, e porque as distinguimos entre si.

Ficará talvez decepcionado quem procurar respostas nas definições que dão muitos manuais sobre o objecto das respectivas especialidades: elas recobrem-se umas às outras, parecem demasiado vagas. Mesmo as classificações globais propostas por importantes epistemólogos raramente coincidem e são por vezes excessivamente normativas.

Apostamos, pela nossa parte, na combinação de algum pragmatismo e algum normativismo. Assim, teremos em conta que as ciências sociais são uma criação histórica recente de uma civilização; e o seu desenvolvimento tem sido marcado por vários factores: a sua própria evolução teórica, o dinamismo de outras ciências e formas de saber, as características desiguais de diferentes contextos institucionais e, em geral, sociais. Constituem, portanto, um continente intelectual heterogéneo, fracturado, cuja configuração global é o resultado conjuntural de uma história que continua. Ao mesmo tempo, porém, procuraremos perceber o que se pode fazer dessa herança, desse património, situando-nos na prospectiva.

Os homens são seres sociais. As suas acções desdobram-se em práticas materiais e simbólicas, relações com a natureza e relações com outros homens, no âmbito de grupos com várias dimensões, dos grupos elementares como as famílias até às organizações vastas a que chamamos sociedades. Pelas suas práticas criam instituições, modos de conduta que ocorrem e se reproduzem em longos segmentos espaço-temporais; criam novas realidades materiais, paisagens ou técnicas, alimentos ou povoações; criam acontecimentos; criam, em suma, materialidades sociais com propriedades estruturais próprias e que, por seu lado, condicionam decisivamente a produção das práticas que as produzem e reproduzem.

Hoje, compreendemos quase instintivamente quanto a realidade planetária em que vivemos constitui uma realidade social, quão marcada está pelas acções humanas, mesmo nos seus aspectos aparentemente mais "naturais". Mas isso não basta para definir os princípios de que partem as ciências sociais. E se já Aristóteles assinalava a condição social do homem, a análise científico-social da realidade é um fenómeno bem recente.

Com efeito, a perspectiva crucial desta análise — capaz de articular racionalmente estruturas e práticas sociais — só se consolida durante os últimos duzentos anos, através de um longo e complexo processo intelectual. Foi necessária a formação de uma noção de sociedade, distinta das noções tradicionais de civilização, política ou moral, e pedindo outros estudos que não as filosofias da história, da moral e da política — a noção de sociedade como ordem laica (estabelecida por Vico e Hobbes); o princípio de que essa ordem laica poderia ser descrita quantitativamente (proposto por várias correntes, consolidado por Condorcet, Quételet e outros); a categoria de mudança social (legada por Rousseau); e ideias similares.

As contribuições sistemáticas mais decisivas do século XVIII parecem ser, contudo, as de Montesquieu e Adam Ferguson. O primeiro procurou perceber os regimes

políticos relacionando-os com as totalidades sociais respectivas, insistindo na interdependência dos factos humanos e propondo-se chegar a leis, definidas no sentido científico e já não no jurídico. O segundo estabeleceu princípios que se tornariam centrais: no estudo dos grupos reside o "método" mais correcto; os comportamentos e até as consciências individuais são socialmente condicionados; a análise deve integrar a observação e os testemunhos empíricos.

Finalmente, no início do século XIX, vários autores evidenciam "a autonomia e a profundidade do social" (2) — as estruturas sociais nunca equivalem à soma de actividades conscientes que pudessem ser apercebidas e caracterizadas no mero plano individual.

O social é irreduzível ao individual: sem a consolidação desta tese não haveria ciências sociais. Mas elas também não se formariam sem a dinâmica e o impacto crescentes do saber lógico-matemático, físico e biológico, que elaborava um modelo de estratégia de investigação que ia servindo de referencial aos estudiosos sociais. E sem as profundas transformações económicas, demográficas, políticas e culturais das nações oitocentistas do Ocidente. É num mundo alterado pela industrialização, a urbanização e o crescimento populacional, as revoluções liberais e a eclosão dos movimentos operários e socialistas, o surgimento de novas instâncias e padrões de socialização, etc., que é fundada uma ciência, a sociologia, que disciplinas já cultivadas, como a economia, primeiro, e, depois, a história, a geografia ou a demografia se tornam científicas — e que umas e outras ganham títulos de legitimidade e meios institucionais de produção e reprodução.

Assim, o processo bissecular de constituição das ciências sociais de hoje apresenta diversas componentes: intelectuais; institucionais; e sociais, no sentido lato do termo. É um processo que varia de país para país, dependendo bastante das características dos Estados, das relações de força entre grupos sociais, das organizações universitárias, das dinâmicas de crescimento económico, das doutrinas e ideologias. Mas, se considerarmos o modelo que tem dominado internacionalmente, polarizado na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, ressaltarão três vectores de desenvolvimento: o que leva os estudos sobre as condutas humanas a seguirem estratégias de investigação científica, construindo explicações logicamente coerentes e referidas a observações e materiais empíricos, e submetendo-as a provas de validação; o que leva esses estudos cientificamente orientados a centrarem-se sobre relações sociais (práticas, instituições, estruturas); e o que leva à sua institucionalização em aparelhos de produção especializada e à sua integração nos sistemas de ensino, condições de uma reprodução alargada e controlada de conhecimentos.

Ora, os três vectores encontram-se, muitas vezes, dissociados. As propostas precursoras de um Giambattista Vico, no século XVIII, ou mesmo de Karl Marx, no XIX, só seriam aceites e desenvolvidas em momentos posteriores, por causa de condições sócio-institucionais desfavoráveis. A economia é a primeira a emergir como

(2) Expressão de PAUL CLAVAL, *Les Mythes Fondateurs des Sciences Sociales*, Paris, P.U.F., 1980.

ciência, a definir um objecto próprio (um sistema de relações conceptuais expressamente construído), a desenvolver modelos teóricos e complexas formalizações lógico-matemáticas. Contudo, durante toda a centúria passada, ela foi dominada por um paradigma individualista que a impediu de assumir-se como ciência *social* e dialogar produtivamente com as restantes — situação só alterada pela viragem keynesiana para a macroeconomia e pela integração universitária do marxismo. Por sua vez, foi já no século XX que a história se constituiu irreversivelmente como ciência — não obstante ser um saber há muitos séculos legitimado, produzido e difundido nas instituições de ensino, e não obstante terem já os românticos cultivado a história nacional e social dos "povos".

Neste processo de desenvolvimento o papel da sociologia revelou-se crucial. Foi através das interrogações a que esta nova ciência, atenta à especificidade dos grupos sociais e apostando nas teorias de síntese, submeteu as disciplinas anteriores que se forjou o padrão de explicação típico da investigação científico-social. Marx desconhecia-se a si próprio como sociólogo — mas, de facto, foi colocando-se do ponto de vista relacional e globalizante que ele transformou a história e a economia, insistindo em que o que importa é analisar as relações sociais entre os homens a todos os níveis de acção, económico, político, ideológico. Foi assim que elaborou o conceito de prática (cuja relevância está precisamente em articular a acção individual com condicionantes extra ou supra-individuais, e sublinhar a relação do agente com a natureza e com os outros agentes); o de classe (que permite evidenciar os fundamentos estruturais da diversidade de posições na hierarquia social e as determinantes dos conflitos); a lógica de explicação estrutural. Nos fins do século XIX, Durkheim reforça o princípio da exterioridade e constrangimento dos factos sociais relativamente ao indivíduo e elabora as primeiras regras metodológicas sistemáticas. Pouco mais tarde, o terceiro grande fundador, Max Weber, alarga a perspectiva sociológica à análise da interacção e do sentido da acção — e reflecte também explicitamente sobre a intersecção entre essa perspectiva e as da história e da economia.

Reciprocamente, as restantes disciplinas, se capitalizam as novas perspectivas e estratégias de pesquisa trazidas pela sociologia, enriquecem-na com os seus próprios contributos: a história e a antropologia com a consciência da historicidade das estruturas, o relativismo cultural, a atenção à diferença e à mudança; a linguística, a semiologia e a antropologia com o estudo dos processos simbólicos; a psicanálise com a valorização do inconsciente; a economia com a análise da acção racional instrumental e o desenvolvimento da formalização e modelização; a etnografia e a geografia com as técnicas de observação directa; etc.

Nos princípios do século XX, a sociologia está em vias de consolidação teórica e institucional. Estabelece-se a antropologia social. Surge a ideia de uma semiologia, como ciência geral dos signos, e inicia-se a linguística estrutural. Em curso está a ruptura que fará da história uma ciência social de corpo inteiro. Prepara-se a viragem para a macroeconomia. Já depois da II Guerra, a geografia afirmar-se-á também como ciência social. Entretanto, a complexidade crescente da própria realidade contemporânea, os avanços teórico-metodológicos e condições institucionais favoráveis pro-

vocam a eclosão de incontáveis disciplinas particulares — sejam elas sub-disciplinas de uma ciência (assim a economia do trabalho, a sociologia da educação, etc.), sejam cruzamentos interdisciplinares que ganham autonomia (a psicolinguística, a sociologia do direito, a ciência política...).

3. DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

O universo que designamos por ciências sociais — ou fórmulas aparentadas — constitui o resultado presente e provisório do processo histórico, intelectual e sócio-institucional, bissecular, sumariamente descrito no ponto anterior. Por isso, cada uma dessas ciências configura-se como instituição social: porque sistema de produção especializada de conhecimentos que se auto-alimenta e reproduz, através de práticas reguladas de investigação, ensino e prestação de serviços, e de canais de comunicação mais ou menos intensa com múltiplas instâncias de poder, visões do mundo, ideologias. Cada uma possui a sua própria história, no decurso da qual acumulou um património específico de paradigmas, teorias, técnicas e métodos, obras de referência e manuais de ensino, circuitos de difusão de resultados, esquemas de formação, competências, costumes e inércias profissionais. Cada uma elaborou, pois, a sua própria cultura, e os seus especialistas estão por norma dispostos a defendê-la e valorizá-la — e, correlativamente, muito relutantes a dialogar de forma aberta com as culturas características das outras disciplinas (3).

Assim, só na aparência é paradoxal a posição pragmática que, no que respeita à determinação do objecto científico, sustenta que a economia é, no fundo, o que os economistas fazem, a geografia o que fazem os geógrafos, e por aí fora. Ela assinala com justeza quanto a divisão de trabalho e estatuto entre as ciências tem de arbitrário e relativo às condições sócio-institucionais que em cada momento histórico e em cada país a determinam. Acresce que essa divisão tende a ser hierárquica e não apenas horizontal: envolve distinções e barreiras entre áreas disciplinares favorecidas e desvalorizadas (pelos poderes científicos, políticos, económicos...), com consequências decisivas ao nível dos papéis e dos estatutos sociais dos especialistas, dos financiamentos, do ensino, etc. Pense-se, por exemplo, nas várias ordens de factores implicados na distinção entre economia e geografia económica.

Não podemos, contudo, ficar por este tipo de constatações. Se sociólogos, psicó-

(3) Poderia até definir-se como etnocentrismo essa dificuldade corrente dos cientistas sociais para aceitarem e interpretarem resultados de áreas de saber que não a sua. Cf. PIERRE BOURDIEU, "Réponse aux économistes", *Économies et Sociétés*, vol. XVIII, nº 10, 1984, pp. 23-24, e o capítulo I deste volume.

logos ou historiadores "fazem coisas" diferentes, torna-se necessário detectar os conteúdos teórico-metodológicos de tais diferenças. Não basta invocar generalidades da história da institucionalização como ciência dos estudos sobre as sociedades — tenhamos, agora, particularmente em conta as diferenças especificamente teóricas (no sentido lato do termo) que esse mesmo processo foi produzindo.

Diferenças teóricas, insista-se. Convém lembrar que há uma concepção errónea mas persistente, segundo a qual as ciências sociais estudariam realidades distintas, ou sectores distintos, compartimentados, da realidade — as diferenças analíticas proviriam de diferenças entre objectos reais. Tal concepção há muito que vem sendo ultrapassada pelos especialistas. Já no século XIX, um Comte ou um Marx alertavam para que, por exemplo, os fenómenos económicos são também sociais e políticos. Porém, a contribuição sistemática mais relevante, aquela a que hoje recorremos, pertenceu, na década de 1920-30 a Marcel Mauss.

Com o conceito de "fenómeno social total", ele estabeleceu dois princípios. Qualquer facto, quer ocorra em sociedades arcaicas quer em modernas, é sempre complexo e pluridimensional; pode, pois, ser apreendido a partir de ângulos distintos, acentuando cada um destes apenas certas dimensões. Todo o comportamento remete para e só se torna compreensível dentro de uma totalidade, quer dizer: constelações compostas de recursos, representações, acções e instituições sociais intervêm nas mais elementares relações entre pessoas.

A economia, a psicologia ou a sociologia distinguem-se, não porque na realidade haja factos exclusivamente económicos, psicológicos ou sociológicos, mas porque partem de perspectivas teóricas distintas e constroem distintos objectos científicos (os quais, como já vimos, são sempre de natureza abstracto-formal, embora mais ou menos especificados). Não se nega que algumas disciplinas tendam a privilegiar domínios reais diversos — as sociedades que os historiadores e os antropólogos mais estudam são realmente diferentes das que a generalidade dos sociólogos têm focado. Mas isso é secundário em relação ao vector principal de diferenciação — que é de ordem conceptual, que radica na diversidade das ópticas de análise seguidas.

É capital perceber que o económico, o político ou o simbólico não constituem compartimentos estanques — são dimensões inerentes a toda a acção social, estão nela profundamente interligadas. Se designamos certas formas de conduta por económicas, outras por políticas, outras por simbólicas, não é porque umas sejam na realidade exclusivamente económicas, outras políticas e outras simbólicas — pelo contrário, a acção humana, tomada na sua intrínseca complexidade, é ao mesmo tempo económica, política e simbólica; se designamos, pois, certas formas de conduta por económicas, fazemo-lo em virtude de uma classificação/selecção intelectual nossa, a qual privilegia certas dimensões, certos aspectos, em detrimento dos restantes, em função da perspectiva que adoptamos (e que tem, no caso, correspondência na grelha analítica própria da ciência económica).

Só assim compreendemos porque são tão precárias e flutuantes as fronteiras entre várias disciplinas — falando em termos gerais, elas perspectivam, de diferentes maneiras, a mesma realidade; e é precisamente por esta ser muito complexa que se faz

inp.

ciência } problemática teórica (objecto)
 problema (questões)
 paradigmas (princípios teórico-met.)

A. SANTOS SILVA/J. MADUREIRA PINTO

mister, para torná-la inteligível, multiplicar (e cruzar) prismas, princípios e instrumentos teórico-metodológicos (4).

Torna-se agora necessário esclarecer que a palavra "perspectiva" é aqui usada em sentido amplo. Dizer que cada ciência social perspectiva de forma específica a realidade e por isso se distingue das demais é dizer que cada ciência, pelo menos tendencialmente: a) elabora o seu próprio conjunto articulado de questões — a sua problemática teórica — e define o seu objecto científico b) determina um certo número de problemas de investigação centrais no contexto dessa problemática; c) constrói conjuntos de princípios, teorias, estratégias metódicas e resultados cruciais que servem de modelo ou quadro orientador às pesquisas produzidas na sua área — os paradigmas.

O capítulo II desenvolverá estes tópicos. Resta-nos, por ora, antes de esboçarmos um esquema possível de diferenciação das ciências sociais pelas suas perspectivas teóricas, sublinhar quatro pontos — que, não o impossibilitando, obrigam contudo a relativizá-lo.

Primeiro: no decurso do seu desenvolvimento histórico, todas as ciências têm mudado várias vezes de problemática e, conseqüentemente, os sistemas de relações conceptuais que definem os seus objectos. Algumas dessas mudanças são radicais — basta pensar na que a geografia conheceu, já no nosso século, e que a levou a assumir-se explicitamente como disciplina social.

Segundo: na generalidade dos casos, cada ciência, em cada fase de evolução, tem produzido não um mas vários paradigmas, concorrentes entre si, e, portanto, perspectivas analíticas diversas e mesmo antagónicas. A economia, a sociologia, a psicologia, a história, etc., passam permanentemente por grandes controvérsias teórico-metodológicas, conhecem situações de aguda conflitualidade interna. Essa conflitualidade nem é um subproduto de hipotético atraso científico, nem é sinal de uma suposta fraqueza intrínseca aos estudos sociais, nem parece inteiramente superável por meios especificamente científicos: ela decorre, no fundo, da estreita articulação, neste tipo de estudos, das teorias científicas com postulados ideológicos e visões do mundo (e, portanto, através de complexas mediações — integradas no conjunto de condições sócio-institucionais da prática científica — com a conflitualidade de interesses entre diversos grupos sociais).

Terceiro: os mais fortes desses paradigmas que se digladiam no interior de cada ciência social são, de facto, transdisciplinares, isto é, atravessam várias ciências. Eis o que acontece com as duas referências teórico-ideológicas paradigmáticas mais persistentes desde há cem anos: o liberalismo e o marxismo. Mas são transdisciplinares outros paradigmas menos globalizantes ou duradouros, como o funcionalismo, a fenomenologia, a análise sistémica ou o estruturalismo.

(4) Reencontramos aqui a relação dialéctica entre conhecimento e realidade que examinámos no ponto 1. No fundo, o que explica a pluralidade das ciências sociais é a conjugação de dois factos: a complexidade real da acção humana, exigindo níveis e elaborações analíticos complexos; e a natureza aproximativa e parcelar do conhecimento científico, que nega a possibilidade de um conhecimento total, unitário, do real.

4)
 "são"
 incomun-
 cáveis

E, no entanto (quarto e último ponto), os paradigmas não se têm, em rigor, revelado completamente comunicáveis. Se considerarmos os seus núcleos duros, o antagonismo teórico é indubitável; como indubitável é que as condições institucionais do trabalho científico alimentam e intensificam a conflitualidade. Tem sido possível, porém, cruzar em certas áreas, fecundar reciprocamente diferentes paradigmas, até mesmo os mais distantes. É que — entre outras razões, mas esta é crucial para o registo do presente volume — a ciência tem capacidade para reelaborar e transformar as referências culturais e ideológicas a que se liga e avaliar os limites de conhecimento por elas impostos.

Em conclusão: a divisão de trabalho entre as disciplinas é sempre flutuante e provisória, porque, de um lado, é em grande parte fruto de condições sócio-institucionais variáveis; e, do outro, as disciplinas não são elas próprias corpos teórico-metodológicos unitários e estanques. No entanto, a diferenciação por disciplinas — áreas e sistemas de produção de conhecimentos historicamente consolidados e institucionalizados, quadros organizadores de problemáticas, paradigmas, instrumentos teórico-metodológicos — continua a revelar-se, convenientemente relativizada, o melhor meio de obter uma visão global dos estudos sobre a acção social.

Esboçemos então, ao nível introdutório, elementar, em que nos queremos situar, essa visão. Em rigor, ela não é uma classificação, visto ser singularmente difícil cumprir os requisitos de exclusividade e exaustividade na categorização de um universo tão flutuante como aquele que nos interessa. Procuraremos, apenas, chegar a um quadro orientador. Que tenha em conta os cruzamentos, as interacções entre as várias perspectivas, quer dizer, a interdisciplinaridade efectiva; mas que recuse liminarmente os meta-discursos que pretendem fundar, por decreto filosófico ou epistemológico e ao arpejo das dinâmicas reais de investigação, novas ciências "totais". Por último, importa deixar bem claro que o nosso quadro orientador nem é meramente descritivo, nem teoricamente asséptico: como qualquer esforço de sistematização, envolve tomadas de posição epistemológica e teórica sobre o conjunto, e cada uma, das ciências sociais; considerando os vários passados e patrimónios acumulados, situar-se-á também na prospectiva.

4. AS VÁRIAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Já sugerimos que o adjectivo "social" tem sentidos distintos nas expressões "realidade social" e "ciências sociais". Na primeira, queremos sublinhar que o mundo, material e simbólico, está — sobretudo hoje — profundamente marcado pela acção dos homens, mesmo nos aspectos que parecem puramente físicos. Na segunda, queremos qualificar o ponto de vista analítico que caracteriza um conjunto de disciplinas, e que nestas se impôs após o complexo, desigual (e inacabado) processo histórico su-

mariado em 2. — o ponto de vista que procura explicar *articuladamente* as práticas e as estruturas sociais, quer dizer, as condutas humanas e as condições materiais e simbólicas que delas resultam e, por sua vez, as determinam.

Trata-se, como também ficou mostrado, de uma tarefa intelectual que exige o acionamento de várias perspectivas analíticas, no sentido lato: várias problemáticas e instrumentos teórico-metodológicos. A diversidade e pluralidade de tais perspectivas constitui, enfim, um bom critério de diferenciação entre as ciências.

Neste contexto, a *psicologia* tem-se afirmado como disciplina peculiar, e de charneira. Atravessada por importantes debates, a ruptura com os pressupostos ideológicos de carácter individualista a cuja poderosa influência está sujeita revela-se difícil — e por isso mesmo a questão será retomada no capítulo I. Mas — e na exacta medida em que se vai ultrapassando o velho e bloqueador dualismo entre indivíduo e sociedade — crescem as razões para integrar a psicologia no universo das ciências sociais: as contribuições da perspectiva analítica que explora são decisivas para a explicação articulada de estruturas e práticas sociais.

Nos termos gerais impostos pelo carácter introdutório deste texto, digamos que os psicólogos trazem duas grandes contribuições. Em primeiro lugar, fazendo a ponte entre estudos biológicos e sociais evidenciam a interacção entre determinantes biológicas e culturais (logo sociais) das condutas (provando, aliás, como se verá também no capítulo I, que a distinção entre essas determinantes está longe de assumir a forma de antagonismo). Em segundo lugar, elucidam aquilo a que chamam as funções psicológicas, quer dizer, as estruturas básicas e interdependentes implicadas nas condutas e que desempenham certos papéis na adaptação (em sentido lato) dos homens ao meio.

De facto, todos nós dispomos de mecanismos sensoriais de recolha de informação sobre o meio e de formas de tratamento complexo e selectivo dessa informação, em função das necessidades e acções (percepção). Pela aprendizagem e a memória, adquirimos informações sobre regularidades, organizamo-las, armazenamo-las e utilizamo-las, constituindo modalidades de resposta adquiridas e adaptadas a certas situações. Mas dispomos de modalidades de adaptação mais gerais, a que chamamos inteligência. Dispomos da função semiótica — somos capazes de comunicar por signos, nomeadamente pela linguagem. Definimos objectivos para as nossas condutas e utilizamos com mais ou menos intensidade as funções e a energia que podemos afectar para atingi-los (motivação), em níveis de actividade que vão do sono à emoção.

A distinção entre as funções é analítica e relativa: elas estão interligadas, e cada uma corresponde a vários "mecanismos" (aspectos, modalidades psíquicas). Mas são estruturas básicas das condutas, e é perspectiva característica da psicologia elucidar as suas dinâmicas e interrelações — e daí que confira importância crucial ao modo como as determinantes da acção individual se organizam como personalidade (5).

(5) Seguimos a classificação (e as respectivas condições de possibilidade e limites) apresentados por MAURICE REUCHLIN, *Psychologie*, 3ª ed. rev., Paris, P.U.F., 1979, pp. 32-38 (1ª ed.: 1977).

Essas estruturas, saliente-se, são básicas no sentido de serem gerais — e só nestes termos parece justo dizer-se que a psicologia "parte" do indivíduo (em rigor, do que é comum aos indivíduos). Não são — longe disso — mecanismos simples, nem muito menos factores por si sós explicativos do desenrolar das acções humanas efectivas. Ao contrário, disciplina de fronteira, a psicologia faz constantemente apelo a variáveis biológicas e sociais para analisar a percepção, a memória, a inteligência, etc. (e o uso do singular não nos deve fazer esquecer que cada um dos conceitos remete para uma pluralidade de momentos e dimensões). Assim, ela fornece constantemente resultados que as outras ciências tomam como "dados", pontos de partida para pesquisas diversamente perspectivadas — mas "dados" problematizáveis precisamente no quadro dessas várias perspectivas.

Ora, uma delas é a que tem informado o desenvolvimento da *sociologia* — e se a persistente incomunicabilidade recíproca entre os psicólogos e outros especialistas sociais nos obrigou a alongar a apresentação anterior, poderemos ser agora mais breves, visto que, por um lado, já falámos bastante das contribuições inovadoras trazidas pela sociologia e, por outro, há um consenso mínimo para definir a sua perspectiva teórica própria. Diremos, então, que a análise sociológica investiga os variados modos como as acções dos homens são condicionadas por relações estabelecidas ao nível dos grupos e organizações em que se inserem e cujas características elas próprias produzem e reproduzem (e transformam): as famílias, os círculos de vizinhança, as colectividades locais, os meios profissionais, os aparelhos institucionais, os Estados, as sociedades-nações, etc. Consequentemente, são problemas centrais para a sociologia os dos fundamentos (normativos e simbólicos) da acção, dos processos de socialização e sociabilidade, da estratificação, dos movimentos de integração, conflito e mudança; no plano metodológico, é essa mesma perspectiva que tem levado ao privilegiamento de estratégias de construção de informação empírica como as descritas nos capítulos IV, V e VII deste volume.

Repare-se que se trata de uma perspectiva tão ampla como a da psicologia — porque não há comportamento algum que não seja condicionado pelas propriedades e processos dos grupos e organizações. Trata-se, sim, de *outra* perspectiva — imprescindível, porque as características dos grupos, sendo estruturadas, *nunca* representam o mero agregado das características dos indivíduos que os compõem. Nascida directamente das duas grandes revoluções que iniciaram a Europa contemporânea — a Francesa e a Industrial — a sociologia foi levada a adoptar uma postura globalizante e a privilegiar a análise das sociedades industriais. Mas tem vindo a assimilar crescentemente as virtualidades das pesquisas mais "regionais" e a interessar-se mesmo pelos mundos pré-industriais de hoje ou do passado.

Uma apresentação sumária da *economia* põe problemas mais delicados. Profundamente marcada pelos conflitos entre paradigmas antagónicos, muito permeável a postulados ideológicos, apeteceria escrever que há tantas ciências económicas quan-

Acrescente-se que é por se situar a este nível analítico geral que a psicologia pode usar tão frequentemente o método experimental.

tas as escolas principais (neo-clássica, keynesiana, marxista...). Estas questões serão contudo desenvolvidas nos capítulos I, III e VIII do volume. Ao nível introdutório em que estamos, talvez seja possível um esboço tipificador que leve em conta a intensa pluralidade teórica existente.

Digamos, pois, que tal como os psicólogos centram a sua atenção nas estruturas psicológicas gerais das condutas e os sociólogos as perspectivam como condicionadas pelas dinâmicas de grupos e organizações sociais, os economistas têm sobretudo em conta que os homens estão, directa ou indirectamente, envolvidos em processos de transformação prática da natureza e assim se relacionam, relacionando-se entre si, com os recursos materiais, geralmente escassos, em cada momento disponíveis. Portanto, os economistas analisam os variados modos como as práticas sociais são mediatizadas pela relação com os recursos. E, conseqüentemente, estudam os processos através dos quais administramos recursos raros em ordem à produção e circulação de bens e serviços; e, por razões análogas às dos sociólogos, focam em particular os processos característicos das sociedades industriais.

Isto mesmo explica que, durante muito tempo, os economistas tendessem a construir modelos interpretativos das formas como as unidades de produção e de consumo adaptam meios raros de usos alternativos aos fins perseguidos, para otimizar a relação meios/fins — ou seja, modelos interpretativos da racionalidade instrumental dominante no capitalismo ocidental moderno. Por isso ainda, seleccionaram como objecto de investigação privilegiado o processo de coordenação de decisões e comportamentos de agentes típico desse capitalismo — o mercado. Nesta base, equacionaram um vasto conjunto de problemas centrais, que vão das formas de concorrência às componentes da despesa nacional, ou da repartição do rendimento às políticas financeiras dos Estados; e desenvolveram processos sofisticados de formalização.

Parecem hoje visíveis os limites desta abordagem clássica, que afunilou a perspectiva da análise económica reduzindo-a ao estudo de um só sistema económico (aliás, idealizado) e sacrificou à modelização e à formalização a explicação das configurações económicas reais (bem mais complexas do que os princípios postulados pelos modelos). A reconsideração das determinantes sociais e institucionais das condutas e processos de regulação propriamente "económicos", dos problemas da reprodução social, e o abandono de princípios teórico-metodológicos que se foram transformando em rituais soluções de facilidade (como a imagem ideal do *homo oeconomicus*, o uso mágico da cláusula *coeteris paribus*, etc.) — vêm permitindo uma nova clarificação do que é a perspectiva analítica da economia e do seu lugar no universo das ciências sociais.

Está hoje também relativamente clarificada a perspectiva característica da *geografia*, centrada nas dimensões espaciais da vida social. Mas talvez seja útil lembrar como se processou a sua integração no referido universo, porque perceberemos melhor o ponto de vista comum a todas as disciplinas sociais. A geografia é: a) um velho saber, cujas origens se faz remontar, normalmente, a Heródoto; b) uma recente disciplina académica, cuja institucionalização pelo ensino data dos fins do século passado e

inícios do actual; c) uma novíssima ciência social, como tal se assumindo, explicitamente, apenas desde os anos 50.

Para a última transformação foi necessário abandonar as concepções tradicionais que a definiam como o estudo da diferenciação regional da superfície terrestre, ou mesmo das relações entre homens e meio físico — porque foi necessário compreender que o espaço é um sistema no qual se relacionam elementos do meio físico e do meio social, que as paisagens, por exemplo, só constituem objecto de estudo porque resultam de criações/apropriações humanas. A geografia passou a ir buscar modelos já não às ciências naturais mas às sociais; desde logo à economia — para a elucidação das incidências espaciais da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, das redes de transportes, etc. —, e depois à sociologia, à antropologia, à própria psicologia social (é que, actualmente, o geógrafo não analisa apenas os problemas postos pela repartição, na superfície terrestre, das actividades e das obras dos homens, mas ainda, e com intensidade crescente, as representações, as vivências do espaço). Entretanto, é esta mesma aproximação que permite à geografia explorar proficuamente a sua vertente ecológica, mostrando quanto os grupos humanos *pertencem* ao meio que apropriam — e desempenhar assim, como a psicologia, um papel de charneira entre ciências sociais e naturais.

Os agentes sociais comunicam entre si utilizando diversos sistemas de signos e, designadamente, esse sistema particular que é a linguagem. A análise das práticas sociais só lucra, por isso, em ser levada a cabo também na perspectiva da comunicação, quer dizer, na dos processos simbólicos (produção, circulação e recepção de sentido) que as atravessam e estruturam. Crescendo como cresce a convicção de que as ciências que desenvolvem essa perspectiva — a *semiologia*, como estudo dos sistemas de signos ou como estudo dos sistemas de signos não-linguísticos (a controvérsia acerca da delimitação precisa do objecto é pouco relevante para os nossos propósitos), e a *linguística*, como análise da linguagem de dupla articulação — só aproveitam com relacionar aqueles sistemas com as circunstâncias sociais reais da comunicação, cresce consequentemente a convicção de que o lugar delas é também no universo teórico que designamos pela fórmula de ciências sociais ou por fórmulas afins.

Delimitámos cinco grandes formações científicas (associando, pelas razões atrás evidenciadas, semiologia e linguística), na base de que todas analisam as mesmas realidades, os mesmos fenómenos ("sociais totais"), embora privilegiando cada uma delas uma perspectiva própria de análise: centrando-se a psicologia nas estruturas psíquicas gerais, a sociologia nas determinações imputáveis a grupos e organizações, a economia na mediatização das relações sociais pelas relações com os recursos, a geografia no espaço, a semiologia e a linguística na comunicação.

É, porém, imprescindível considerar agora duas ciências peculiares: a *história* e a *antropologia*. Em termos muito simples, o centro de interesse da história é a variação social segundo o tempo e o da antropologia a diversidade intercultural. Os historiadores estudam sobretudo as sociedades do passado; os antropólogos, as pequenas sociedades tradicionais do mundo actual, sejam elas sociedades (sem escrita, sem Estado ou sem maquinaria, as definições divergem) da África, Ásia ou América Latina, se-

jam as colectividades rurais das nações industrializadas, ou mesmo certos enclaves peculiares do espaço social urbano. Circunscvem assim domínios e constroem instrumentos analíticos específicos: métodos e técnicas (a análise de fontes em história, ou a observação participante em antropologia); modelos teóricos, que, em geral, resultam de reelaborações — complexas — dos da economia, sociologia, psicologia, geografia e semiologia/linguística, em ordem a adequá-los ao estudo de sociedades muito menos diferenciadas do que as nossas (o que explica, por um lado, a interdisciplinaridade efectiva típica das pesquisas históricas e antropológicas; e, por outro, que, quanto mais perto se situam elas das sociedades actuais, mais tende a desaparecer a fronteira entre as duas disciplinas e as restantes — sobretudo, a sociologia).

Mas história e antropologia constituem também duas maneiras — complementares entre si — de perspectivar as várias ciências sociais. Analisando, reconstruindo intelectualmente sociedades que nos são "estrangeiras", outros "mundos" que não o nosso, industrial e moderno, no quadro e para o estudo do qual elaborámos as ciências sociais — elas são sempre análise e valorização da diferença, do Outro: outros modos de vida, outras formas de acção, outras culturas. Assumem, assim, uma atitude eminentemente relativizadora — que se revela indispensável na economia, na sociologia, na geografia, na psicologia, na linguística, nas quais a compreensão do que é de nós diferente (grupos, classes, nações, economias, imaginários, civilizações) surge como condição *sine qua non* de eficácia explicativa a um número cada vez maior de investigadores.

// Neste sentido, todas as disciplinas sociais são — ou devem ser — antropológicas: conscientes da diversidade de culturas e do obstáculo etnocentrista (ver capítulos I e VI), conscientes de que não há princípios ou propriedades substantivas universais, de que não há "natureza humana" independente da variedade de contextos reais, de que não há modos de vida superiores e inferiores. E são ou devem ser históricas: conscientes de que as sociedades estão instaladas na mudança, da multiplicidade dos tempos sociais, atentas à irreversibilidade e à singularidade dos factos e à espessura histórica das estruturas sociais.

Quadro geral: a um nível, psicologia, sociologia, economia, geografia, semiologia/linguística; noutra plano, cruzando-se com estas, disciplinas autónomas e ao mesmo tempo maneiras de perspectivar todas as restantes — história e antropologia. A distinção parece ter em conta os critérios formulados em 2. e 3.. As áreas retidas constituem, por um lado, sistemas institucionalizados de produção de conhecimentos, consolidados por uma história própria, um património conceptual acumulado, esquemas de reprodução eficientes (como o ensino, a investigação e as aplicações técnicas, políticas ou clínicas). Não é por acaso que a semiologia — aquela cuja institucionalização é mais recente e precária — surge aqui pouco individualizada. Por outro lado, trata-se de saberes diferenciados segundo diversas perspectivas teóricas, quer dizer, diversas problemáticas e objectos científicos — e, em consequência, separam-nos os problemas centrais que cada um formula, as teorias e os instrumentos técnico-metodológicos que cada um acciona.

Ao mesmo tempo, pensamos resultar claro que só a um nível muito geral como aquele a que nos referimos é possível uma justificação lógica da divisão de trabalho intelectual estabelecida. São manifestas a provisoriedade, a fragilidade e a relativa arbitrariedade das fronteiras — as maneiras de perspectivar a realidade apresentadas não se excluem, antes se completam e solicitam umas às outras; só limitadamente auto-suficiente, nenhuma consegue por si só dar conta das configurações sociais concretas, seja qual for a sua dimensão.

Deste modo precavidos, melhor perceberemos o que se passa quando adoptamos níveis mais específicos de caracterização dos estudos sociais. Deparamos com variadíssimas sub-disciplinas, desigualmente desenvolvidas e autonomizadas consoante os contextos institucionais: por exemplo, e relativamente à sociologia, com sociologias da educação, do trabalho, das classes sociais, da juventude, etc., etc. Mas o facto saliente está na intensidade do cruzamento interdisciplinar efectivo à escala sub-disciplinar, mau grado as barreiras institucionais e as inércias profissionais: psicolinguística, sociologia económica, sociolinguística, geografia económica, psicologia económica — a lista poderia prosseguir. Quando se delimitam objectos suficientemente específicos para a investigação, a pluridisciplinaridade torna-se inevitável: por isso mesmo falamos, por exemplo, em ciências da educação para designar a convergência de abordagens dos economistas, sociólogos, historiadores e psicólogos que se especializaram na análise, a partir das suas perspectivas próprias, dos problemas da educação (6).

A consideração conjunta da interdisciplinaridade "regional" efectiva e da diferenciação genérica, pelas respectivas perspectivas teóricas, de grandes áreas científicas permitir-nos-á compreender ainda os estatutos de que gozam três disciplinas de que se faz mister, agora, falar: a ciência política, a demografia e a psicologia social.

Permanece uma certa controvérsia quanto à delimitação precisa da problemática da primeira; pela nossa parte, insistiremos apenas em que, nascida do direito, da história e da sociologia, a análise dos problemas relativos às relações de poder entre indivíduos e grupos e ao exercício do poder por organizações de base territorial podendo recorrer à violência física (Max Weber) — essa análise tem de ser predominantemente referenciada à perspectiva sociológica, sob pena de cair nas tentações (aliás, tradicionais) de isolar o Estado da totalidade social ou assumir posturas mais normativas do que explicativas.

Quanto à demografia, é interessante notar o seguinte. Saber antigo, cuja passagem ao nível de disciplina analítica é bem localizável (na obra de John Graunt, ainda no século XVII), a demografia foi muitas vezes reduzida à "estatística", no sentido original do termo, ao levantamento quantitativo da dimensão, composição e movimen-

(6) E: por vezes, é mesmo do cruzamento produtivo da pesquisa científica e de formas de conhecimento e interpretação que não obedecem estritamente às suas regras (tal como ficaram descritas em 1.) que se trata: caso da *análise literária*, na qual contribuições da história, da sociologia ou da semiologia são combinadas com abordagens estéticas e filosóficas; ou dos *estudos jurídicos* que combinam saberes normativos como o direito e disciplinas como a sociologia jurídica e a ciência política.

to da população. Ora, os demógrafos que pretendem passar da descrição à explicação (à ciência, portanto) assinalam justamente que só por referência aos princípios e teorias de ciências sociais como a sociologia e a economia é possível elucidar as determinantes dos aspectos demográficos das condutas — sugerindo-se, por vezes, com algumas boas razões, ser preferível falar em sociologia da população.

A interdisciplinaridade inerente à psicologia social é talvez mais clara: charneira entre psicologia e sociologia, quer do ponto de vista da problemática e das teorias, quer quanto aos métodos de pesquisa. O leitor encontrará nos capítulos I, IV e IX suficientes desenvolvimentos demonstrativos da afirmação. Retenha-se apenas, desde já, a ideia central: o estudo dos problemas da interacção entre indivíduos, da dinâmica de pequenos grupos, das representações do mundo social, em torno dos quais a psicologia social tem conquistado autonomia teórica e institucional, vive da aplicação confluyente das perspectivas analíticas da psicologia e da sociologia, tal como foram atrás caracterizadas.

Uma última observação, antes de encerrarmos a breve discussão sobre interdisciplinaridade. Sustentámos que, do ponto de vista teórico-metodológico (menosprezando os condicionalismos sócio-institucionais), sempre que se deixa o nível geral de diferenciação de perspectivas analíticas, as práticas de investigação pluridisciplinar se impõem como facto incontornável. Importa, contudo, contrariar as tentativas recorrentes — que têm por si as vantagens aparentes da facilidade — de unificação das ciências, de criação *da* ciência social "global" ou mesmo da ciência físico-biológico-social, por "decreto epistemológico".

Ora, pensamos que as estratégias inter-(ou pluri-) disciplinares são produtivas quando representam trocas conceptuais efectivas e equilibradas entre disciplinas constituídas; quer dizer, longe de implicarem a anulação completa das particularidades do desenvolvimento e do património de cada ciência, antes as capitalizam em seu favor. Por isso mesmo, elas têm resultado, não ao nível dos sistemas gerais fechados, mas sim a níveis "regionais": na análise pluriperspectivada de problemas bem delimitados.

Se conseguirmos, enfim, compreender as ciências sociais como conjuntos de conhecimentos *sui generis* e como criações históricas, corpos teóricos e sistemas institucionalizados de produção científica; se conseguirmos compreender as razões da sua pluralidade e diversidade, e como essa mesma diversidade, sem se anular, conduz a aproximações e cruzamentos interdisciplinares eficientes — estaremos em melhores condições para analisar e organizar criticamente as práticas de pesquisa efectiva e discutir os problemas nelas levantados: afinal, os grandes objectivos da metodologia. Estão à vista, pois, o propósito e o sentido deste texto.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Para o conjunto dos problemas abordados no texto — e, especialmente, para os da pluralidade e conflitualidade interna das ciências sociais — é fundamental o livro de A. SEDAS NUNES, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais* (8ª ed. rev., Lisboa, Presença/G.I.S., 1984). A caracterização sumária da estratégia de investigação científica deverá ser desenvolvida recorrendo aos capítulos II e XI deste mesmo volume; aos materiais recolhidos por A. SEDAS NUNES, *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais*, 5ª ed., Lisboa, G.I.S., 1981; e a obras de epistemologia geral — por exemplo, MARIO BUNGE, *Epistemologia. Curso de Actualización*, reimp. da 1ª ed. castelhana, Barcelona, Ariel, 1981 e ARMANDO DE CASTRO, *Teoria do Conhecimento Científico*, 4 vols. publicados, Porto, Limiar, 1975-1982. É bastante útil, ainda, a leitura de JEAN PIAGET, *Psicologia e Epistemologia*, trad. portuguesa, Lisboa, Dom Quixote, 1972 (ed. original: 1970).

Em PAUL CLAVAL, *Les Mythes Fondateurs des Sciences Sociales*, Paris, P.U.F., 1980, ou TOM BOTTOMORE e ROBERT NISBET (eds.), *A History of Sociological Analysis*, Londres, Heinemann, 1978, encontram-se análises desenvolvidas do processo histórico de formação das ciências sociais. Foram-nos muito úteis — e sê-lo-ão decerto ao leitor — as apresentações das várias ciências contidas em: VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *As Ciências Humanas. Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, 1981, cap. 1 (visão global do autor que, entre nós, mais tem mostrado a historicização das ciências sociais); ANTHONY GIDDENS, *Sociology: a Brief but Critical Introduction*, Londres, Macmillan, 1982 (o autor mostra justamente como a análise sociológica deve ser também antropológica e histórica); PETER WORSLEY (dir.), *Introdução à Sociologia*, trad. portuguesa, 5ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1983, ed. orig.: 1970 (o cap. I situa a disciplina no conjunto dos estudos sociais); MAURICE REUCHLIN, *Psychologie*, 3ª ed. rev., Paris, P.U.F. 1979; PAUL CLAVAL, *Géographie Humaine et Économique Contemporaine*, Paris, P.U.F., 1984; JEAN-MARIE ALBERTINI e AHMED SILEM, *Comprendre les Théories Économiques*, 2 vols., Paris, Seuil, 1983.

No ensaio de Boaventura de Sousa Santos, *Um Discurso sobre as Ciências* (Universidade de Coimbra, 1986), publicado já depois de a presente introdução ter sido elaborada, encontrará o leitor uma reflexão fascinante sobre a encruzilhada de perspectivas que anima o pensamento científico contemporâneo e o desenvolvimento de questões que, vista a sua complexidade, não puderam ser aqui analisadas.